

Relatório do Setor da Construção em Portugal 2021



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório do Setor da Construção em Portugal 2021

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | **Fax:** 217 946 799 | **Email:** geral@impic.pt

Data de edição: agosto 2022

Índice

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
1.1 Produto Interno Bruto (PIB)	5
1.2 Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3 O Valor Acrescentado Bruto (VAB)	8
1.4 O Índice de Preços no Consumidor	10
1.5 O Mercado de Trabalho	10
2. O MERCADO EM PORTUGAL – INDICADORES SETORIAIS	13
2.1 Contextualização	13
2.2 Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas	13
2.3 Obras Públicas	15
2.4 Taxa de Juro Implícita	16
2.5 Valores Medianos de Avaliação Bancária	18
2.6 Índice de Produção na Construção	19
2.7 Vendas de Cimento para o Mercado Interno	20
2.8 Índice de Custos de Construção	21
2.9 Segurança no Trabalho	21
3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SETOR DA CONSTRUÇÃO	24
3.1 Títulos Emitidos	24
3.2 Análise da Situação Financeira das Empresas do Setor da Construção no Exercício de 2020	27
4. A EUROPA	33
4.1 Portugal e os Países do Euroconstruct	33
5. SÍNTESE	36



1. Enquadramento Macroeconómico

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano 2021 dá início à recuperação da economia, após um ano que ficou marcado pela pandemia provocada por Covid-19 que afetou profundamente a atividade económica no mundo.

Apesar da recuperação económica, os problemas nas cadeias de fornecimento e o aumento dos preços da energia restringiram o crescimento da atividade e do comércio a nível mundial.

Em Portugal, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, após ter observado um decréscimo de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos da pandemia por COVID-19 na atividade económica portuguesa.

Para esta variação do PIB, a procura interna contribuiu positivamente, tendo verificado uma taxa de variação de 5,0%, com um aumento do consumo privado.

O setor da construção em Portugal encerrou o ano 2021 com o índice de Produção na Construção a crescer 2,9% face ao período homólogo (em 2020, tinha observado uma quebra de 3,3%), refletindo algum retorno à normalidade face aos efeitos da pandemia por Covid-19.

O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga positiva de 3,5%.

O Valor Acrescentado Bruto no setor da construção, apresentou, em 2021, uma taxa de variação de 3,4% (após uma variação de 3,0% em 2020).

O emprego no setor cresceu 2,8% comparativamente ao ano anterior. Este setor económico representa, em 2021, 6,3% do emprego total.

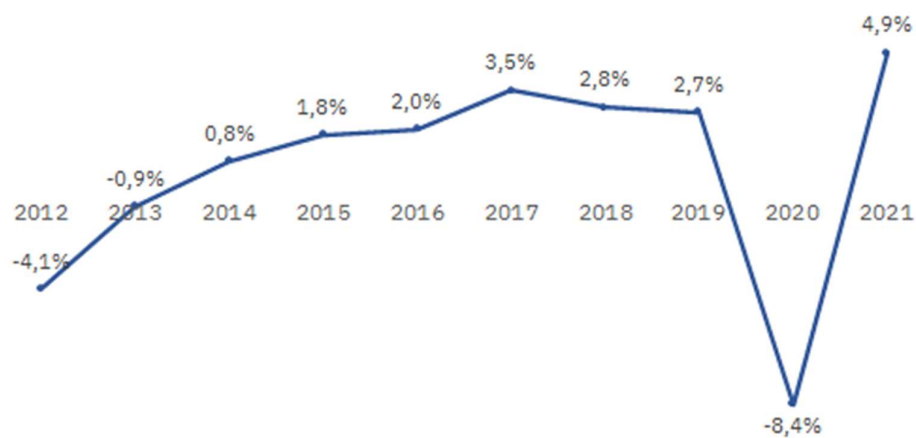
O número de títulos habilitantes atribuídos para o setor da construção tem vindo a apresentar um crescimento. No final de 2021, o número de títulos habilitantes válidos para a atividade da construção aumentou 5,3% comparativamente a 2020, o que significa mais 2861 títulos.

O número de alvarás válidos registou um acréscimo de 9,7% (+2701 alvarás válidos) face ao ano anterior. O número de certificados válidos revelou um crescimento de 0,6% (+160 certificados válidos), comparativamente a 2020.

1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, após um decréscimo sem precedentes de 8,4% em 2020, provocado pelo efeito negativo da pandemia COVID-19 na atividade económica.

PRODUTO INTERNO BRUTO 2012/2021 – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)

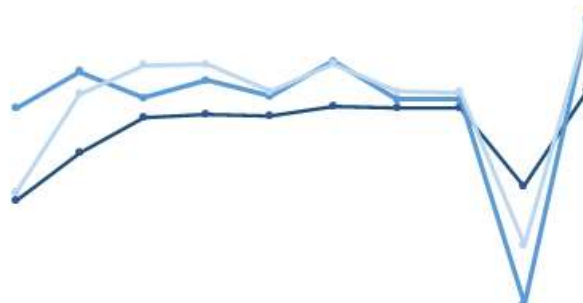


Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

A procura interna apresentou uma recuperação em 2021, com uma taxa de variação de 5,0%, verificando-se uma recuperação do consumo privado, após ter verificado uma redução de 5,6% no ano anterior.

As exportações e importações de bens e serviços registaram igualmente uma recuperação em 2021, de 13,0% e 12,8%, respetivamente.

COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO EM VOLUME DO PIB - TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)

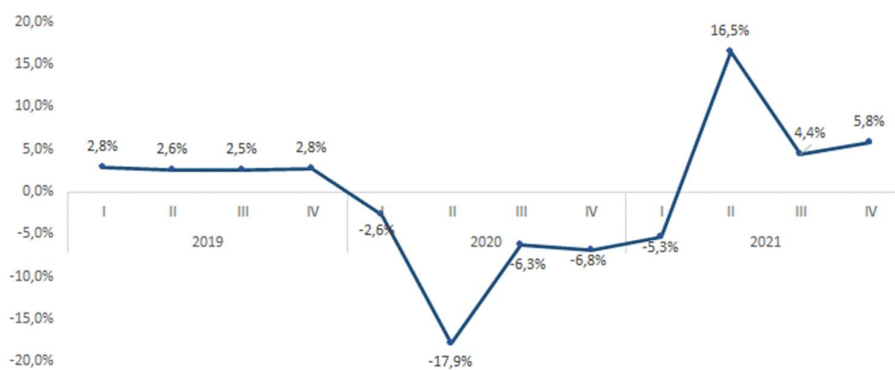


	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Procura Interna	-7,1%	-1,9%	2,1%	2,4%	2,2%	3,3%	3,2%	3,1%	-5,6%	5,0%
Exportações	3,1%	7,2%	4,3%	6,3%	4,4%	8,4%	4,1%	4,1%	-18,6%	13,0%
Importações	-6,3%	4,7%	7,9%	8,0%	5,0%	8,1%	5,0%	4,9%	-12,1%	12,8%

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

No 4º trimestre, o PIB registou uma variação homóloga de 5,8% em termos reais, superior à registada no trimestre anterior.

PIB A PREÇOS DE MERCADO – DADOS ENCADEADOS EM VOLUME - TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)



Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

1.2 Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem verificado um comportamento irregular ao longo dos anos. Em 2021 apresentou uma variação anual positiva de 6,1% após registar um decréscimo de 2,7% no ano anterior.

EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO EM VOLUME / TAXA VARIAÇÃO ANUAL (%)

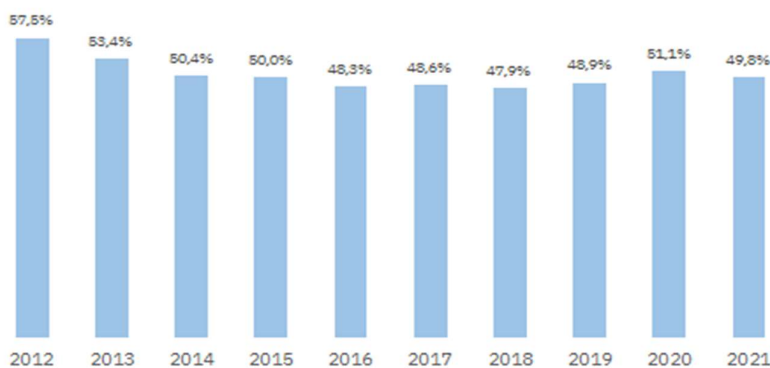


Unidade: milhões de euros

Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

O peso da FBCF do setor da construção na FBCF Total tem diminuído nos últimos anos. Em 2021, o peso do setor da construção na FBCF Total estima-se em 49,8%.

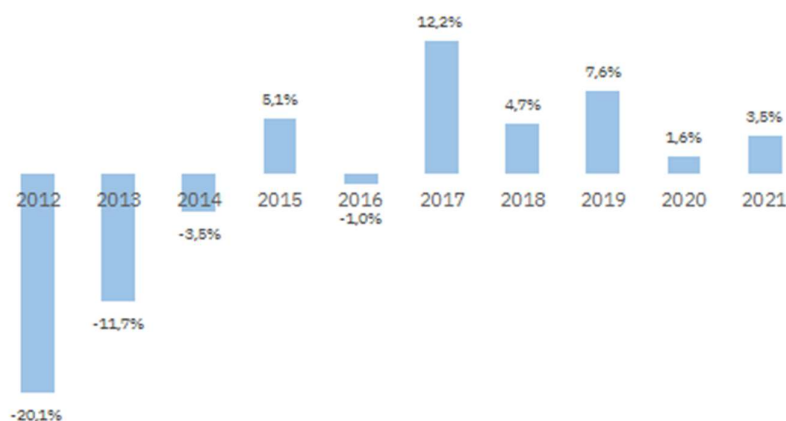
PESO DA FBCF DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NA FBCF TOTAL (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

A FBCF, no setor da construção, até 2016, apresentou sempre variações negativas com exceção do ano 2015 (5,1%). Em 2021, a FBCF no setor da construção apresentou uma taxa de variação de 3,5%, após ter sido, em 2017, uma das componentes que mais contribuiu para a evolução da FBCF total nesse ano, registando um aumento de 12,2%.

FBCF DO SETOR DA CONSTRUÇÃO – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

1.3 O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou em 2021 uma taxa de variação positiva de 4,4%, após ter registado em 2020 uma taxa de variação negativa de 7,2%.

EVOLUÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO BRUTO EM VOLUME / TAXA VARIAÇÃO ANUAL (%)

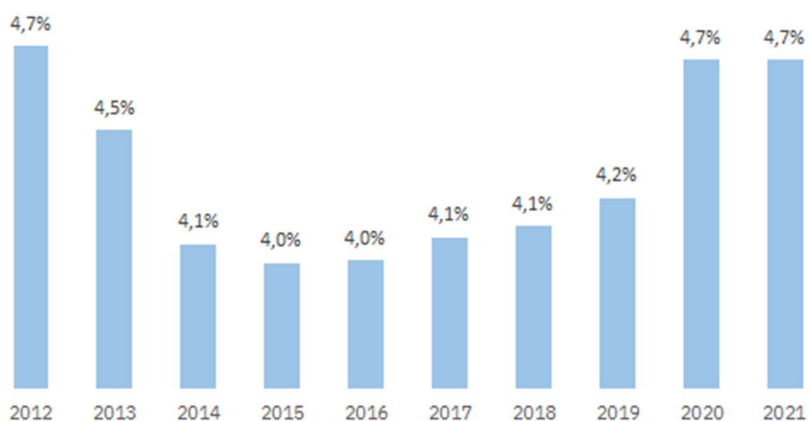


Unidade: milhões de euros

Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

O peso do setor da construção no VAB Total registou uma diminuição até 2016. Em 2021 o peso do setor da construção no VAB Total alcançou 4,7%, valor idêntico ao de 2020.

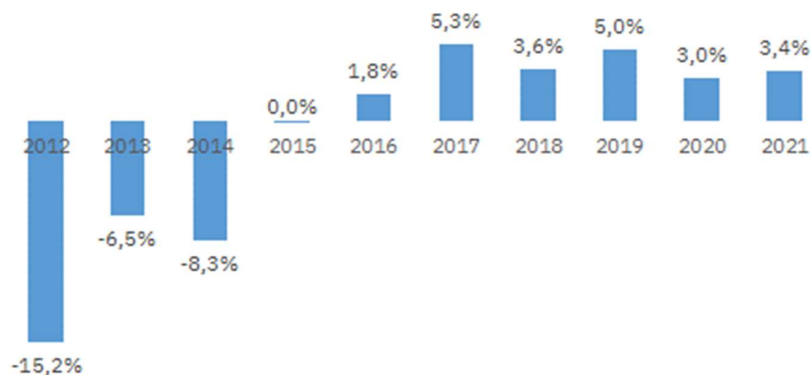
PESO DO VAB DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NO VAB TOTAL (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

No setor da construção, o VAB apresentou uma variação positiva de 3,4% em 2021. Desde 2016, têm sido observadas taxas de variação positivas. Até 2014 as taxas de variações foram negativas, e nula em 2015.

VAB DO SETOR DA CONSTRUÇÃO – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

1.4 O Índice de Preços no Consumidor

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o indicador da inflação em 2021 registou uma taxa de variação média de 1,3%, comparando com o ano anterior de 0,0%. O aumento da taxa de variação do IPC entre 2020 e 2021 foi influenciado pelo comportamento da inflação subjacente e pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR EM PORTUGAL - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)

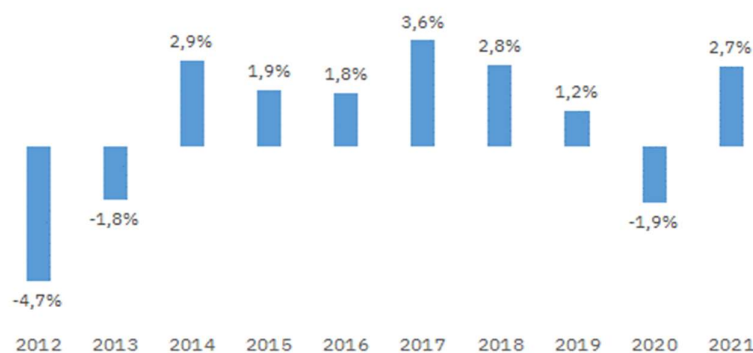


Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor

1.5 O Mercado de Trabalho

De acordo com as Estatísticas de Emprego do INE, a média anual da população empregada em 2021 foi estimada em 4.812,3 mil indivíduos, registando um crescimento de 2,7% comparativamente ao ano anterior.

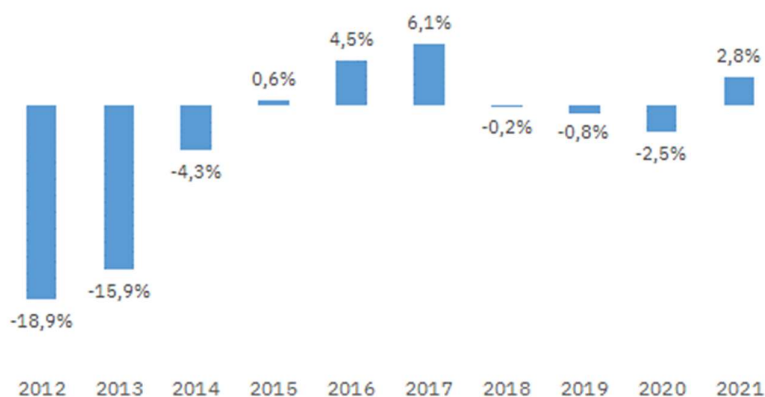
POPULAÇÃO EMPREGADA – TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego

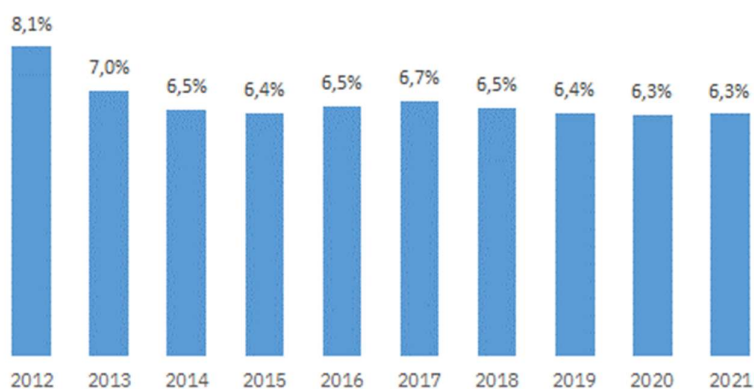
O emprego no setor da construção, em 2021 cresceu 2,8%, comparativamente ao ano anterior. Este setor económico representa em 2021 6,3% do emprego total, valor idêntico ao observado nos dois últimos anos.

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO – TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO / EMPREGO TOTAL (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego

2. O Mercado em Portugal - Indicadores Setoriais -

2. O MERCADO EM PORTUGAL – INDICADORES SETORIAIS

2.1 Contextualização

O setor português da construção encerrou 2021 com um crescimento de 2,9%, ao nível da Produção na Construção, após uma quebra de 3,3% em 2020. Os dois segmentos que compõem o índice, o segmento da Engenharia Civil e o segmento de Construção de Edifícios, apresentaram ambos um desempenho positivo de 5,3% e 1,2%, respetivamente.

A atividade da construção é considerada um dos setores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso na criação de riqueza como também de emprego, sendo uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

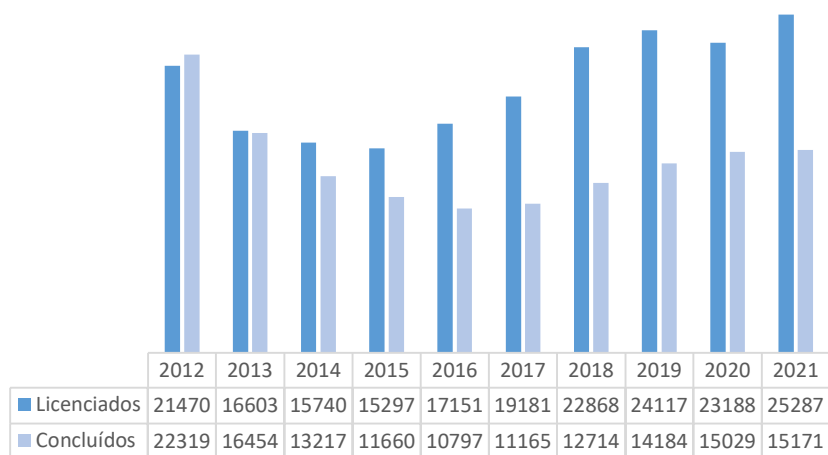
2.2 Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas

No ano 2021, observou-se um crescimento de 9,1% no número de edifícios licenciados, comparativamente a um decréscimo de 3,9% verificado em 2020, refletindo a conjuntura originada pela pandemia. O número de edifícios concluídos registou um crescimento de 0,9%, em 2021.

Entre os anos 2012 e 2015, o número de edifícios licenciados manteve uma tendência decrescente. Após o ano 2016, e até 2019, a tendência foi sempre de crescimento tendo atingido um acréscimo de 19,2% em 2018.

O número de edifícios concluídos manteve uma tendência decrescente até 2016. Após 2017, a tendência foi de crescimento tendo atingido um acréscimo de 13,9% em 2018.

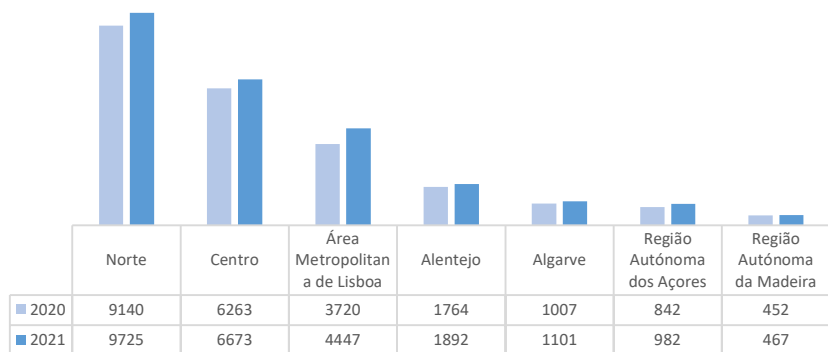
EDIFÍCIOS LICENCIADOS E CONCLUÍDOS



FONTE: INE – INQUÉRITO AOS PROJETOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS

A Área Metropolitana de Lisboa foi a região que expressou maior crescimento no número de edifícios licenciados em 2021, comparativamente ao ano anterior (19,5%). A região Autónoma da Madeira foi a região que apresentou o menor crescimento face ao ano 2020, de 3,3%.

EDIFÍCIOS LICENCIADOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NUTII

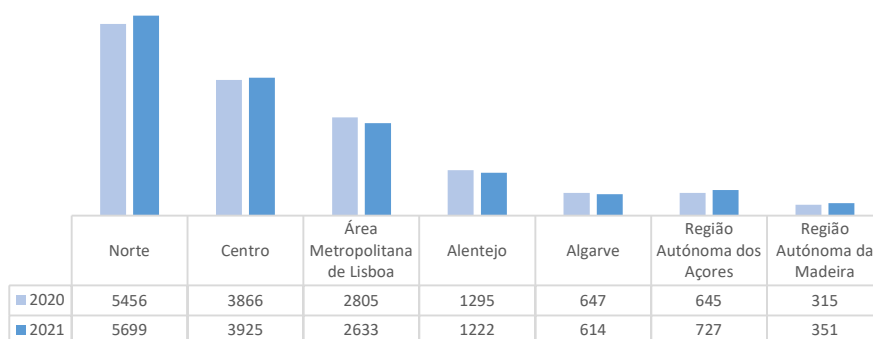


Fonte: INE – Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

A Região Autónoma dos Açores foi a região que se destacou, tendo apresentado uma variação homóloga de 12,7%, no número de edifícios concluídos. A região Norte é a região onde maior número de edifícios foram concluídos, representando 37,6% do total.

A região da Área Metropolitana de Lisboa foi a região com maior decréscimo no número de edifícios concluídos (-6,1%, face ao ano anterior).

EDIFÍCIOS CONCLUÍDOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NUTII



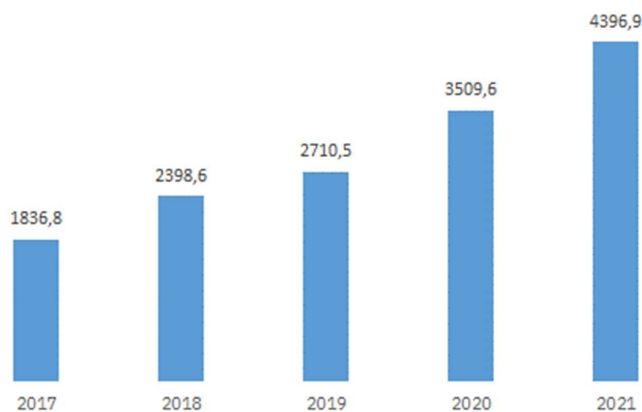
FONTE: INE – INQUÉRITO AOS PROJETOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS

2.3 Obras Públicas

O mercado das obras públicas apresentou em 2021, um aumento, tanto no montante contratual como no número de contratos realizados. O montante total contratado em 2021 aumentou cerca de 25,3% face a 2020 e o número de contratos de empreitadas de obras públicas também aumentou cerca de 18,6% face ao mesmo ano.

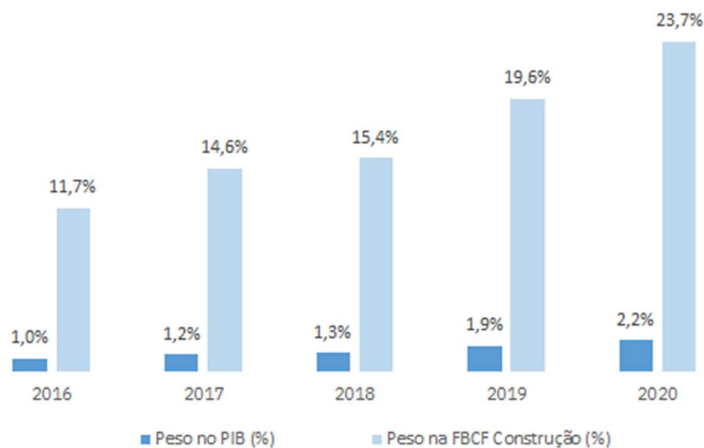
O montante contratual das obras públicas, passou, em 2021, a representar 2,2% do PIB e 23,7% da FBCF na construção.

MONTANTE CONTRATUAL EM EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS



Fonte: Portal BASE à data de 24/02/2022

PESO DO MONTANTE CONTRATUAL EM EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS NO PIB E FBCF DA CONSTRUÇÃO (%)



Fonte: Portal BASE à data de 24/02/2022; INE

Notas: PIB e FBCF: 2020: valor provisório; 2021: valor preliminar

2.4 Taxa de Juro Implícita

Em 2021, a taxa de juro média anual implícita nos contratos de crédito à habitação fixou-se em 0,821%, inferior em 13,6 pontos base face à taxa verificada em 2020. No destino de financiamento de Aquisição de Habitação, a taxa de juro média situou-se em 0,834%.

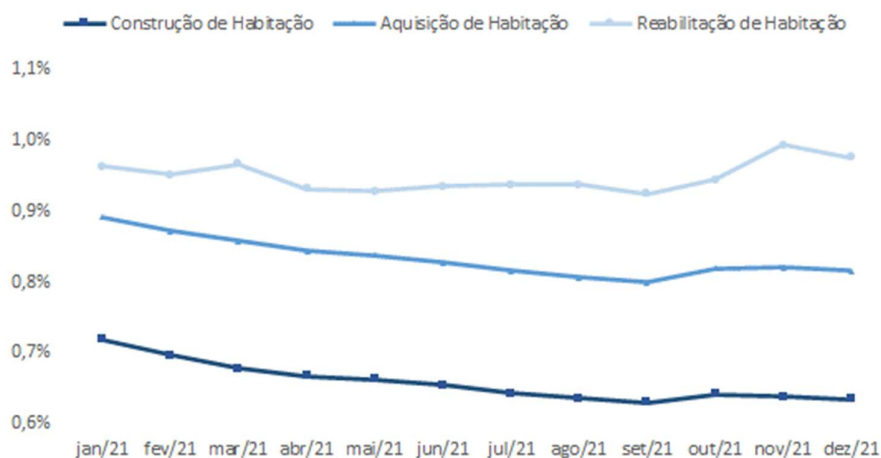
EVOLUÇÃO DA TAXA DE JURO IMPLÍCITA NO CRÉDITO À HABITAÇÃO



Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação

Em dezembro de 2021, a taxa de juro média nos três segmentos desceu face ao mês anterior: Reabilitação de habitação fixou-se em 0.976%, a construção de habitação fixou-se em 0,635% e aquisição de habitação em 0,816%.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO NO CRÉDITO À HABITAÇÃO POR DESTINO DE FINANCIAMENTO



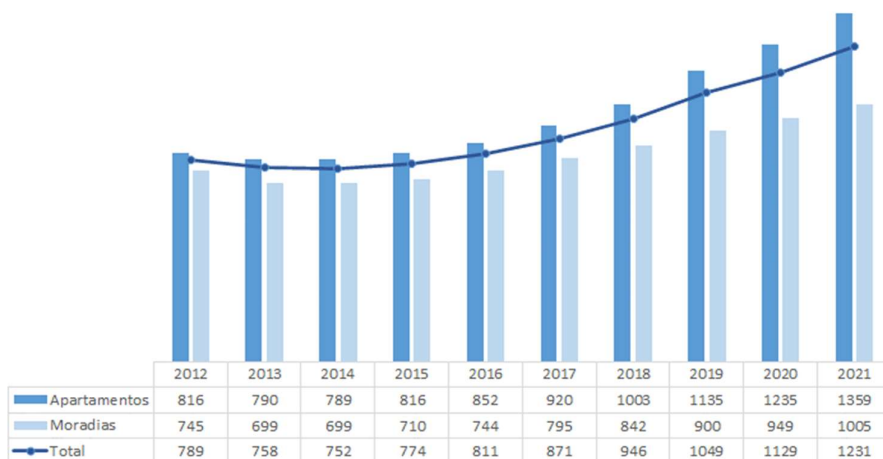
Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação

2.5 Valores Medianos de Avaliação Bancária

No ano 2021, o valor mediano de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.231 euros/m², traduzindo-se num acréscimo de 9,0% face ao ano 2020.

Nos segmentos dos apartamentos e moradias verificaram-se acréscimos de 10,0% e 5,9% respetivamente.

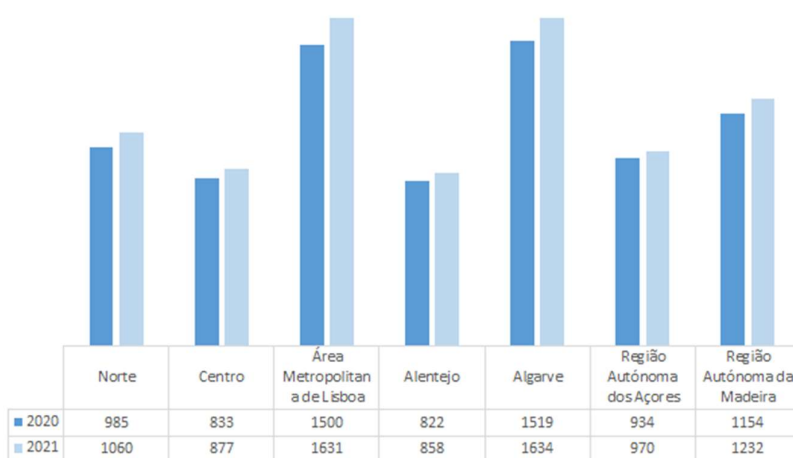
VALORES MEDIANOS DE AVALIAÇÃO BANCÁRIA – HABITAÇÃO (EUROS/M²)



Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação

O valor mediano da avaliação bancária aumentou em todas as regiões. Em 2021, a região da Área Metropolitana de Lisboa foi a que observou o maior acréscimo, de 8,7%, comparativamente ao ano 2020. A Região Autónoma dos Açores foi a que observou a menor variação em 2021 face ao ano 2020 (3,9%).

**VALORES MEDIANOS DE AVALIAÇÃO BANCÁRIA EM 2020 E 2021 POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NUTII –
HABITAÇÃO (EUROS/M2)**



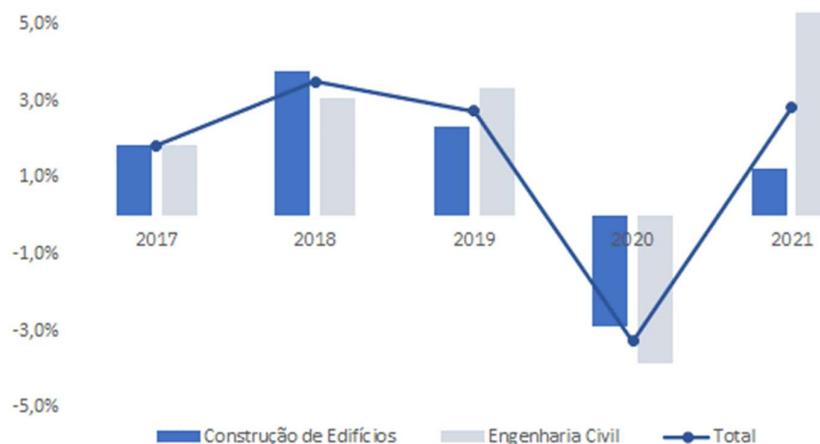
Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação

2.6 Índice de Produção na Construção

No ano 2021 o Índice de Produção na Construção aumentou 2,9% face ao período homólogo (decrécimo de 3,3% em 2020).

Os dois segmentos que compõem o índice, Engenharia Civil e Construção de Edifícios, apresentaram um comportamento semelhante ao índice total, registando um crescimento de 5,3% e 1,2% respetivamente.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO – TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)



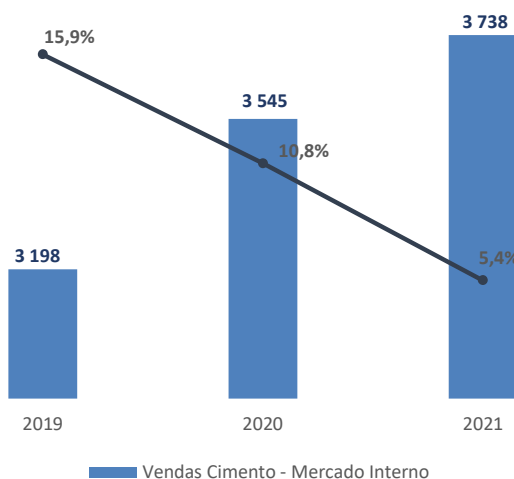
Fonte: INE – Índices de produção, emprego e remunerações na construção

2.7 Vendas de Cimento para o Mercado Interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do setor permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno.

Em 2021 as vendas de cimento para o mercado interno registaram um crescimento de 5,4% comparativamente a 2020.

VENDAS DE CIMENTO PARA O MERCADO INTERNO (MILHARES DE TONELADAS)



Fonte: dados cedidos ao IMPIC, I.P. pelas principais empresas portuguesas no setor

2.8 Índice de Custos de Construção

Em dezembro de 2021, a variação homóloga estimada do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova (ICCHN) foi 6,8%. Os índices de custos de materiais e de mão de obra apresentaram variações de 8,0% e de 5,1%, respectivamente, face ao período homólogo.

ÍNDICE DE CUSTOS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NOVA (VARIAÇÃO HOMÓLOGA – BASE 2015 - %)

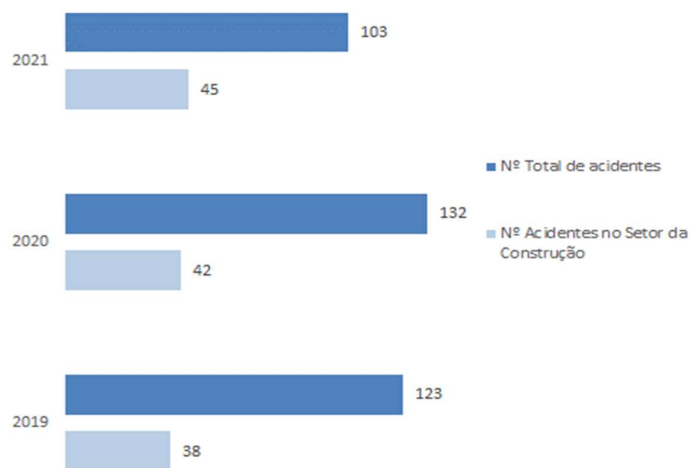


Fonte: INE – Índice de custos de construção de habitação nova

2.9 Segurança no Trabalho

O setor da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade. De acordo com os dados disponibilizados pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), no ano 2021, no setor da construção, verificaram-se 45 vítimas mortais resultantes de acidentes de trabalho. Este valor é o mais elevado dos últimos quatro anos.

NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS



Fonte: ACT

3. O Tecido Empresarial do Setor da Construção

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

3.1 Títulos Emitidos

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho estabelece o regime aplicável ao exercício da atividade da construção, o qual prevê o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares).

Os Alvarás de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Alvarás no Decreto-Lei n.º 12/2004, agora divididos em obra pública e obra particular e os Certificados de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Títulos de Registo, agora também divididos em obra pública e obra particular.

A classe do alvará de que é titular uma empresa de construção determina o valor limite das obras que esta poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes do Anexo I à lei n.º 41/2015, de 3 de junho.

Em 2021 os limites são os que constam do quadro seguinte:

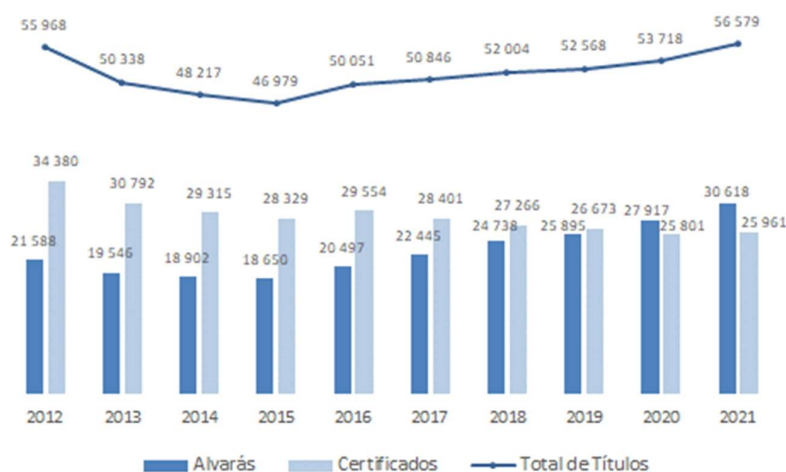
CLASSES DE ALVARÁS

Classe das Habilitações	Valores máximos das obras (em euros)
1	Até 166.000 €
2	Até 332.000 €
3	Até 664.000 €
4	Até 1.328.000 €
5	Até 2.656.000 €
6	Até 5.312.000 €
7	Até 10.624.000 €
8	Até 16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

Fonte: IMPIC, I.P

No final de 2021 existiam, no setor da construção, 56.579 títulos habilitantes válidos, dos quais, 30.618 Alvarás e 25.961 Certificados.

TÍTULOS HABILITANTES VÁLIDOS 2012 A 2021



Fonte: IMPIC, I.P

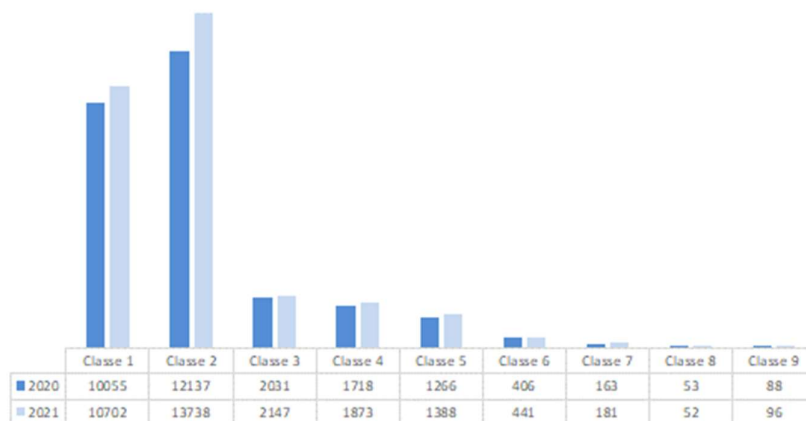
Entre 2012 e 2015 observou-se um decréscimo no número de títulos habilitantes válidos. O ano de 2016 inverteu essa tendência com um acréscimo de títulos habilitantes na ordem dos 6,5%. Entre 2015 e 2021, o número de títulos habilitantes válidos registou um crescimento médio anual de 2,48%.

O crescimento no número de títulos habilitantes válidos é sustentado pelo crescimento do número de Alvarás. O número de Certificados tem vindo a decrescer nos últimos anos. Em 2021 observou-se uma inversão desta tendência, com um crescimento de 0,6% face ao ano anterior.

Distribuição por Classe de Alvará

Em 2021, verificou-se um aumento do número de alvarás em todas as classes de habilitações, com exceção da classe 8, onde se verificou um decréscimo de 1,9%, comparativamente ao ano anterior. A maior variação foi na classe 2, com um acréscimo de 13,2%, face ao ano anterior. As classes de habilitações 5, 9 e 4 observaram em 2021 acréscimos de 9,6%, 9,1% e 9,0%, respetivamente, e face ao ano 2020.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO ALVARÁS VÁLIDOS POR CLASSE DE HABILITAÇÕES



Fonte: IMPIC, I.P.

Os alvarás concentram-se sobretudo nas classes de habilitações 1 e 2, que no seu conjunto representam 79,8% do total de alvarás válidos a 31 de dezembro de 2021. As classes de habilitações com menos representatividade são as classes mais elevadas, nomeadamente as classes 7, 8 e 9, que, no seu conjunto, representam 1,1% do total de alvarás válidos no final de 2021.

Distribuição Geográfica

As regiões do Norte e Centro detêm um maior número de Alvarás e Certificados válidos. A região Norte detém 33,6% dos Alvarás e 37,0% dos Certificados, enquanto a região Centro engloba 24,9% dos Alvarás e 31,8% dos Certificados.

As regiões Autónomas da Madeira e Açores são as que detêm menos títulos habilitantes válidos. Em Portugal Continental, as regiões com menor número de Títulos Habilitantes Válidos são as regiões do Alentejo e Algarve.

**DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALVARÁS E CERTIFICADOS VÁLIDOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
NUTS II**



Fonte: IMPIC, I.P.

3.2 Análise da Situação Financeira das Empresas do Setor da Construção no Exercício de 2020

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de Capital Próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo em consideração os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Desta forma, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função do valor do Capital Próprio, e dos indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

Foi possível obter informação para proceder à análise económico-financeira de 30.877 empresas, constituindo estas a base de trabalho para as análises efetuadas. A análise económico-financeira reporta ao ano fiscal de 2020.

As 30.877 empresas da amostra representam 61,5% das empresas com NIF português e com títulos habilitantes válidos.

O quadro seguinte permite uma perspetiva da representatividade dos títulos habilitantes pertencentes às 30.877 empresas da amostra face ao universo de títulos habilitantes (53.681 títulos pertencentes a 50.197 entidades).

AMOSTRA DAS EMPRESAS OBJETO DE ANÁLISE

Habilitação em Obras Públicas											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	7 407	6 168	1 672	1 444	1 113	344	148	43	84	18 423	22 470
Amostra	5 613	5 151	1 515	1 336	1 013	320	131	40	69	15 188	10 190
Representatividade	75,8%	83,5%	90,6%	92,5%	91,0%	93,0%	88,5%	93,0%	82,1%	82,4%	45,3%
Habilitação em Obras Particulares											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	2 644	5 960	354	271	144	61	13	7	3	9 457	3 331
Amostra	1 537	4 279	293	221	122	53	10	5	3	6 523	1 389
Representatividade	58,1%	71,8%	82,8%	81,5%	84,7%	86,9%	76,9%	71,4%	100,0%	69,0%	41,7%

Fonte: IMPIC, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, Capitais Próprios, Liquidez Geral, Autonomia Financeira, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Nos próximos pontos irá dar-se seguimento a uma breve análise da situação das 30.877 empresas da amostra quanto ao cumprimento destes indicadores.

Capital Próprio

De acordo com o n.º 1 do artigo 11.º da Lei referida anteriormente, “As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do seu capital próprio é igual ou superior a 10 % do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.”

As empresas enquadradas neste ponto têm de cumprir valores mínimos de Capital Próprio de acordo com a classe de alvará requerida para as obras a realizar.

O quadro seguinte identifica os valores mínimos de Capital Próprio e o número de empresas identificadas em incumprimento.

NÚMERO DE EMPRESAS COM INCUMPRIMENTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS, POR CLASSE

Classe máxima de habilitações	Valor mínimo de Capital Próprio (€)	Incumprimento	
		Nº	%
3	66 400 €	169	9,4%
4	132 800 €	148	9,6%
5	265 600 €	106	9,5%
6	531 200 €	26	7,0%
7	1 062 400 €	8	5,7%
8	1 660 000 €	6	13,3%
9	3 320 000 €	3	4,2%
Total		466	9,1%

Fonte: IMPIC, I.P.

Verifica-se que o número de empresas incumpridoras é decrescente à medida que a classe de alvará aumenta, obtendo-se, em termos gerais, uma taxa de 9,1% de incumprimento em relação ao conjunto das empresas detentoras de alvarás da classe 3 à classe 9.

Liquidez Geral

O rácio de Liquidez Geral traduz a capacidade de uma empresa assumir os compromissos de curto prazo. Sendo um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pela Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, as empresas detentoras de alvará em classe máxima superior à 2 não podem deter menos de 100% neste rácio.

Em 2020, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma Liquidez Geral superior a 129%.

LIQUIDEZ GERAL

Liquidez Geral %	Quartil Superior	403%
	Mediana	210%
	Quartil Inferior	129%

Fonte: IMPIC, I.P.

Tal como já referido, este rácio é requisito a ser cumprido pelas empresas que detenham classe superior à 2.

Do total de empresas da amostra, 4.290 possuem uma Liquidez Geral inferior a 100%. Destas, 321 têm classe superior a 2, representando 6,3% do total de empresas obrigadas ao cumprimento deste requisito.

EMPRESAS COM LIQUIDEZ GERAL INFERIOR A 100%, POR CLASSE

Classe máxima de habilitações	Incumprimento	
	Nº	%
3	131	7,3%
4	89	5,8%
5	77	6,9%
6	15	4,0%
7	6	4,3%
8	1	2,2%
9	2	2,8%
Total	321	6,3%

Fonte: IMPIC, I.P.

Autonomia Financeira

O rácio de Autonomia Financeira indica a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios.

A Autonomia Financeira é outro dos indicadores exigidos às empresas de classe superior a 2 para o exercício da atividade e deve ser pelo menos 5%.

Em 2020, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 50% dos casos analisados, uma Autonomia Financeira superior a 36%.

AUTONOMIA FINANCEIRA

Autonomia Financeira %	Quartil Superior	60%
	Mediana	36%
	Quartil Inferior	15%

Fonte: IMPIC, I.P.

Do total de empresas da amostra, 4.556 apresentam uma Autonomia Financeira inferior a 5%. Destas, 155 têm classe superior a 2, representando 3,8% do total de empresas obrigadas ao cumprimento deste requisito.

NÚMERO DE EMPRESAS COM AUTONOMIA FINANCEIRA INFERIOR A 5%, POR CLASSE

Classe máxima de habilitações	Incumprimento	
	Nº	%
3	77	4,3%
4	58	3,8%
5	42	3,7%
6	11	3,0%
7	0	0,0%
8	3	6,7%
9	4	5,6%
Total	195	3,8%

Fonte: IMPIC, I.P.

O IMPIC realizará a verificação dos requisitos dos operadores económicos onde foi identificado o possível incumprimento, em sede de controlo oficioso dos requisitos exigidos para a emissão do alvará, referido no artigo 15º da Lei 41/2015 de 03 de julho.



4. A Europa

4. A EUROPA

4.1 Portugal e os Países do Euroconstruct

De acordo com a última conferência do Euroconstruct realizada em novembro de 2021, a produção no sector da construção na área da Euroconstruct, terá diminuído 4,7% em 2020, um valor aquém do inicialmente esperado.

Estima-se que a produção no sector da construção, na área do Euroconstruct, crescerá 5,6% em 2021, 3,6% em 2022 e cerca de 1,5% em 2023. Atualmente, o aumento dos preços das matérias-primas, assim como a falta de mão de obra no setor, são elementos que podem influenciar ou comprometer os cenários de crescimento mais favoráveis.

PRODUÇÃO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO VS PIB, NA ÁREA DOS PAÍSES DO EUROCONSTRUCT
– TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)



Fonte: Euroconstruct, November 2021

De acordo com quadro a seguir, verifica-se que o ano 2018 foi o ano que obteve melhor desempenho no sector da construção nos países do Euroconstruct. Portugal também verificou um crescimento de 10,3% nesse ano, tendo depois vindo a observar uma desaceleração neste setor. Em 2020, o crescimento foi de 3,4% estimando-se um crescimento de 0,4% em 2021 e 1,0% em 2022.

OUTPUT DA CONSTRUÇÃO - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%)

Total Construction Output

(% change in real terms)

Country / Year	2018	2019	2020	Estimate	Forecasts		Outlook
				2021	2022	2023	2024
Austria	5,6	4,0	-3,7	5,4	2,6	1,9	1,8
Belgium	3,1	1,1	-4,9	10,3	3,6	0,3	0,8
Denmark	1,5	3,8	10,3	5,1	2,1	1,7	1,7
Finland	1,7	-1,8	1,0	3,5	2,0	-3,5	-3,2
France	3,1	2,2	-12,7	6,7	3,8	1,7	1,5
Germany	2,0	1,6	0,0	-0,7	1,1	0,2	-0,1
Ireland	10,2	5,8	-4,4	2,7	8,4	9,0	6,3
Italy	1,9	3,6	-4,9	15,1	5,6	-0,5	-0,5
Netherlands	7,4	4,9	-1,7	0,8	4,9	3,6	2,0
Norway	-1,8	1,7	-0,6	6,2	2,5	-0,5	3,6
Portugal	10,3	8,4	3,4	0,4	1,0	1,4	1,5
Spain	6,4	4,6	-9,3	6,5	8,0	4,5	2,5
Sweden	1,5	-0,2	2,7	8,3	-1,1	-1,3	-0,3
Switzerland	0,9	-0,2	-0,3	1,5	0,7	0,4	0,4
United Kingdom	0,1	2,6	-11,9	13,4	5,9	3,2	3,3
Western Europe (EC-15)	2,6	2,5	-4,8	5,9	3,6	1,3	1,2
Czechia	7,0	3,5	-3,3	0,6	1,9	2,2	2,0
Hungary	20,0	16,8	-6,6	3,3	7,2	7,1	3,4
Poland	14,4	4,9	-2,0	3,0	4,1	3,8	1,6
Slovakia	8,0	-4,7	-12,7	-6,3	5,1	4,8	-0,5
Eastern Europe (EC-4)	12,9	5,8	-3,7	2,0	4,1	4,0	1,9
Euroconstruct Countries (EC-19)	3,2	2,7	-4,7	5,6	3,6	1,5	1,2

Fonte: Euroconstruct, November 2021

Em 2020 registaram-se quebras acentuadas na produção total da construção na generalidade dos países da CE, com exceção da Dinamarca, Finlândia, Portugal, Alemanha e Suécia. Os países com maiores quebras foram França, Eslováquia, Reino Unido, Espanha e Hungria.

5. Síntese

5. SÍNTESE

O ano 2021 dá início à recuperação da economia, após um ano que ficou marcado pela pandemia provocada por Covid-19 que afetou profundamente a atividade económica no mundo.

Os problemas nas cadeias de fornecimento verificadas neste ano, associadas ao aumento dos preços da energia, têm gerado constrangimentos na recuperação.

O PIB registou um crescimento de 4,9% em 2021, após um decréscimo sem precedentes de 8,4% em 2020, consequência do efeito da pandemia Covid-19 na atividade económica. Para esta variação do PIB, a procura interna contribuiu positivamente, tendo verificado uma taxa de variação de 5,0%, com um aumento do consumo privado.

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, prevê-se que a atividade económica terá um crescimento de 6,3% em 2022 e 2,6% em 2023, com a recuperação das atividades mais afetadas pela pandemia.

A FBCF apresentou, em 2021, uma variação anual positiva de 6,1%. A FBCF em Construção registou, em 2021, uma taxa de crescimento de 3,5%. Entre 2022 e 2024, estima-se que a FBCF manterá um crescimento de cerca de 6% em média, devido à aplicação dos fundos europeus.

O índice de Produção na Construção encerrou o ano 2021 a crescer 2,9% face ao período homólogo (em 2020, tinha observado uma quebra de 3,3%), refletindo uma recuperação face aos efeitos da pandemia por Covid-19.

O Valor Acrescentado Bruto no setor da construção, apresentou em 2021 uma taxa de variação de 3,4% (após uma variação de 3,0% em 2020).

Comparativamente ao ano anterior, o emprego, no setor da construção, cresceu 2,8%. Este setor económico representa, em 2021, 6,3% do emprego total.

No final de 2021, o número de títulos habilitantes válidos para a atividade da construção era superior em cerca de 5,3% comparativamente a 2020, o que significa mais 2861 títulos.



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt